

## A economia e as leis da vida

Benedicto Ismael Camargo Dutra (\*)

As guerras cambiais provocam grande confusão na economia

A economia do Brasil não está conseguindo desenvolver a necessária reação para voltar ao crescimento, pois a indústria se debilitou e isso trouxe graves consequências nos empregos, no desenvolvimento técnico, no preparo da mão de obra e das novas gerações.

Quando um país passa a depender cada vez mais de importações, uma parcela da riqueza não recircula mais internamente, vai para o exterior. Com a perda na renda, fica difícil desenvolver atividades que cubram os custos e gerem lucros.

O desajuste cambial implica que um país exportador possa reduzir o preço em dólares desvalorizando a sua moeda, o que vai afetar muitas indústrias de outros países devido ao custo interno de produção superar o de importação. Investidores acabam fechando fábricas e indo para o mercado financeiro onde engrossam o volume de operações financeiras cujo volume supera o PIB global, deixando sobrar pouca renda para a vida real.

É através da efetiva responsabilidade dos gestores públicos nas prioridades, nas contas, gastos, situação financeira que tem início a educação geral. É pelo exemplo de seriedade e dedicação na busca de um futuro melhor que se combate a descrença. A educação é problema de todos, a começar pelos pais na responsabilidade de gerar filhos.

Estamos decaindo, a cada ano, devido ao deficiente preparo das novas gerações que não recebem estímulos para ser responsáveis e para se esforçar, visando melhor futuro próprio e o do país, achando que outros têm a obrigação de lhes dar respaldo e divertimentos.

Sem familiaridade com os livros desde a infância, será difícil formar uma geração de leitores, mas o resultado também dependerá do conteúdo que é lido. Os jovens têm de ser preparados para se integrarem nos projetos que abraçarem, isto é, estar com o querer pessoal envolvido com o objetivo, o que nos diferencia do robô.

Nesse caso, a intuição está desperta, mostrando, ao raciocínio, pontos falhos e pontos

que podem ser melhorados, algo que deveria ser comum a todos os seres humanos que utilizam o seu potencial. Sobrecarregar o cérebro infantil com teorias não pode trazer melhores resultados do que aprender vendo fazer e fazendo, comparando o artefato com o desenho técnico com medidas e detalhes.

Provavelmente o cérebro de Einstein trabalhasse com alguma harmonia com o cerebelo, que faz a ponte com o mundo invisível fora da categoria tempo-espaço; por isso, o grande apreço do cientista pelo estudo da natureza, pois é nela que comprovamos o funcionamento das leis que atuam no Universo, sempre impulsionando o desenvolvimento enquanto não sejam desprezadas pelos humanos que geralmente tendem a querer dominar a natureza em vez de compreendê-la e se adaptar a ela.

O ser humano necessita do aprendizado na Terra; é envolvido pela alma e se liga ao corpo com cérebro circunscrito ao tempo-espaço, e o cerebelo, que faz a ponte com a intuição, mas não pode permitir que o cérebro domine unilateralmente. A matéria de que é feito o corpo terreno é perecível, mas o ser humano é muito mais do que isso, e não poderia ter se deixado subjugar pelo materialismo.

Qual o significado da vida? Seria tolice supor que não haja significado após toda evolução por que passou o planeta e as espécies, para surgir o homem com capacidade de raciocinar e tomar decisões, embora ficando atrelado às consequências. Teria de se tornar ser humano, mas tendeu para ser o "homo economicus" que praticou muita destruição pela Terra, inclusive escravização e racismo, em vez de prosseguir a trajetória evolutiva para o bem.

Com o impacto do materialismo e a aspereza do século XXI, a espécie humana vai perdendo a consciência de sua missão de compreender o funcionamento das leis da vida para construir de forma a sempre beneficiar o planeta.

(\*) - Graduado pela FEA/USP, faz parte do Conselho de Administração do Prodigy Berrini Grand Hotel, é articulista colaborador de jornais e realiza palestras sobre temas ligados à qualidade de vida. Coordena os sites (www.vidaeaprendizado.com.br) e (www.library.com.br). E-mail: (bicdutra@library.com.br); Twitter: @bidutra7.

# Voto impresso estará disponível em 23 mil urnas na eleição de outubro

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou a resolução que define as regras para implantação gradual do voto impresso, que começará nas eleições gerais de outubro

Ao todo, 23 mil urnas eletrônicas, todas equipadas com um módulo de impressão, serão distribuídas de forma proporcional ao eleitorado de cada unidade da federação. O eleitor não terá contato direto com o comprovante de votação, podendo apenas verificar visualmente se o que está impresso no papel condiz com o que aparece na tela da urna eletrônica.

Os tribunais regionais eleitorais (TREs) deverão definir, entre 23 de julho e 31 de agosto, quais seções eleitorais receberão os equipamentos. Devem ter preferência locais que disponham de infraestrutura adequada e facilidade de acesso para eventual suporte técnico. Além das 23 mil urnas equipadas com módulo de impressão, uma reserva técnica de 7 mil urnas adaptadas estará disponível para substituição dos



O eleitor não terá contato direto com o comprovante de votação, podendo apenas verificar visualmente.

equipamentos, em caso de necessidade. O número de urnas com impressoras representa pouco mais de 5% do total de 550 mil terminais eletrônicos de votação que serão distribuídos em todo o país.

São Paulo, que reúne o maior eleitorado do país, com mais de 33,2 milhões de pessoas aptas

a votar, é também o estado com o maior número de urnas eletrônicas equipadas com módulo de impressão: 5.208. Em seguida, aparecem Minas Gerais, com 2.482, e Rio de Janeiro, com 1.951. Roraima, que tem o menor número de eleitores no país, pouco mais de 328 mil pessoas, contará com

urnas adaptadas em 52 seções eleitorais.

O presidente do TSE, ministro Luiz Fux, disse que a implantação do voto impresso em todas as urnas eletrônicas seria impossível já neste ano, tanto por questões financeiras quanto por dificuldades técnicas. Os módulos de impressão, se fossem instalados em todas as urnas, custariam cerca de R\$ 2 bilhões. Uma ação direta proposta pela Procuradoria Geral da República (PGR) tenta impedir a reintrodução do voto impresso no país. A alegação é de que a impressão poderia comprometer o sigilo do voto, que é uma cláusula pétrea da Constituição. Para Fux, a segurança da urna eletrônica "tem sido demonstrada pela votação paralela e pelo Teste Público de Segurança, quando hackers testam os sistemas da urna eletrônica" (ABR).

## Ação contra parlamentares a outra instância depende do relator

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski disse na sexta-feira (4) que o envio de processos contra parlamentares para instâncias inferiores vai depender do relator de cada ação. Na quinta-feira (3), o STF decidiu que o foro por prerrogativa de função para deputados e senadores deve ser restrito a atos praticados durante o mandato e em razão dele.

Lewandowski acredita que parte dos ministros já poderá enviar os processos a instâncias inferiores após a publicação da ata do julgamento, e outro grupo pode preferir esperar a publicação do acórdão.

"Depende dos relatores. Alguns relatores talvez queiram esperar a publicação do acórdão. Outros se darão por satisfeitos com a publicação da própria ata do julgamento. E, a partir desse momento, os relatores poderão, a seu critério, enviar os processos para as instâncias inferiores".

O ministro lançou um livro na manhã de sexta-feira (4) na sede da seccional fluminense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Na publicação, Lewandowski analisa pressupostos constitucionais para casos de intervenção federal, como a que está em curso neste momento na segurança pública do Rio de Janeiro. "É um remédio para garantir a coesão da federação e, se for executada dentro dos limites da nossa Carta Magna, não há nenhuma crítica a fazer", disse (ABR).

## Toffoli baixa sete processos contra deputados

Algumas horas após o plenário do STF ter restringido o foro privilegiado para deputados federais e senadores, o ministro Dias Toffoli, do STF, enviou na sexta-feira (4) para instâncias inferiores seis ações penais e um inquérito envolvendo parlamentares no exercício do mandato. Os despachos que determinaram a baixa dos processos, todos envolvendo deputados, são assinados com a data de quinta-feira (3), mesmo dia em que o Supremo aprovou a restrição do foro por prerrogativa de função para deputados e senadores.

O inquérito, que corre em segredo de Justiça, envolve o deputado Wladimir Costa (SD-PA), processado por tráfico de influência. Na semana passada, o nome do parlamentar apareceu nas manchetes de jornais após ele ter sido filmado dando um soco em um homem durante um comício no Pará. As ações penais, processos em que os investigados já tiveram denúncia aceita e se tornaram réus, são:

- **Deputado Roberto Góes (PDT-AP):** denunciado por irregularidades no pagamento de pessoal quando era prefeito de Macapá. O caso foi enviado para a 3ª Vara Criminal da capital do Amapá.
- **Deputado Marcos Réategui (PSD-AP):** denunciado por corrupção e lavagem de dinheiro por supostamente ter favorecido uma empresa de propriedade de amigos quando era procurador do estado do Amapá, em 2006. O caso foi remetido para a 4ª Vara Criminal de Macapá.
- **Deputado Cicero Almeida (PHS-AL):** denunciado por irregularidades em licitação supostamente cometidas em 2005, quando era prefeito de Maceió.



Ministro Dias Toffoli remeteu para instâncias inferiores 6 ações penais e um inquérito envolvendo parlamentares.

- **Deputado Helder Salomão (PT-ES):** denunciado por fraude na contratação de serviços de táxi quando era prefeito de Cariacica (ES), entre 2011 e 2014. O processo foi enviado para a 1ª Vara Criminal do município capixaba.
- **Deputado Hidekazu Takayama (PSC-PR):** denunciado por 12 práticas de peculato. Os crimes teriam ocorrido entre 1999 e 2003, quando ele ocupava o cargo de deputado estadual do Paraná. O processo foi enviado para uma das varas criminais de Curitiba (PR), a ser especificada pela Justiça local (ABR).

## Maia convoca comissão que analisa restrição do foro privilegiado



A PEC só mantém o foro em casos de crimes comuns para alguns cargos, entre eles os presidentes da Câmara e do Senado.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, convocou os integrantes da comissão especial que vai analisar a restrição do foro privilegiado em caso de crimes comuns, para reunião de instalação do colegiado na próxima quarta-feira (9). De acordo com o ato de criação, 35 deputados farão parte da comissão. Ainda faltam 8 vagas para serem preenchidas pelos partidos/blocos, mas já há maioria para que o colegiado seja instalado.

A proposta da Comissão é mais ampla que a aprovada pelo STF no último dia 3, e vale para crimes cometidos por deputados, senadores, ministros de estado, governadores, prefeitos, ministros de tribunais superiores, desembargadores, embaixadores, comandantes

das Forças Armadas, integrantes de tribunais regionais federais, juízes federais, membros do MP, procurador-geral da República e membros dos conselhos de Justiça e do Ministério Público. Continuam com foro privilegiado nesse caso apenas o presidente e o vice-presidente da República, o chefe do Judiciário, e os presidentes da Câmara e do Senado.

Em razão da intervenção federal na segurança pública do Rio de Janeiro, o Congresso Nacional não pode aprovar mudanças na Constituição. Segundo Rodrigo Maia, no entanto, mesmo com a intervenção é possível que uma PEC tramite na CCJ e na comissão especial que vai analisá-la. O objetivo é deixar o texto pronto para ser votado em Plenário quando a intervenção acabar (Ag.Câmara).

## Deputado italiano apela a Temer para extraditar Battisti

Eleito há dois meses a deputado na Itália, o brasileiro Roberto Lorenzato pediu ao presidente Michel Temer que realize a extradição do italiano Cesare Battisti. A informação foi revelada pelo jornal "Folha de São Paulo", que afirma que Lorenzato abordou o mandatário brasileiro durante a feira de agropecuária Agrishow, em Ribeirão Preto. Na ocasião, o político, que tem cidadania italiana, entregou o pedido em mãos.

Segundo o deputado, "não tem sentido o presidente Lula respeitar as leis do Brasil e se sujeitar a uma pena de regime fechado, preso, e não deixar que a Itália execute a pena de Battisti". Ainda de acordo com a publicação, Temer teria respondido que irá extraditar o italiano desde que o STF



Temer aguarda uma posição do STF, que poderá reverter ou não a decisão do ex-presidente Lula de dar asilo político a Battisti.

dê um parecer definitivo. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, afirmou que

o presidente pode extraditar Battisti, condenado à prisão perpétua em seu país por qua-

tro assassinatos ocorridos na década de 1970 e envolvimento com terrorismo.

No entanto, Temer aguarda uma posição do STF, que poderá reverter ou não a decisão do ex-presidente Lula de dar asilo político a Battisti.

"Importante por ele ter falado disso em Ribeirão Preto, que é a maior cidade italiana fora da Itália, 60% da população tem origem italiana", disse o parlamentar. No mês passado, o STJ aceitou um habeas corpus apresentado pela defesa de Battisti e revogou as medidas cautelares estabelecidas a ele depois que foi acusado de tentativa de evasão de divisas. Em outubro de 2017, ele foi preso em Corumbá depois de tentar entrar na Bolívia com US\$6 mil e 1,3 mil euros sem declarar (ANSA).